

Acesso à cidadania

O registro civil de nascimento é o passaporte oficial para a cidadania. A ausência do documento limita o acesso da pessoa às políticas públicas e aos programas sociais do governo federal. Além disso, impede o ingresso na vida escolar e a retirada de outros documentos importantes, como a carteira de trabalho. A Secretaria Especial de Direitos Humanos (Sedh) da Presidência da República promete apresentar bons resultados na redução do sub-registro, no próximo dia 25 de outubro, quando celebra o Dia Nacional de Mobilização para o Registro de Nascimento.

A emissão da certidão é feita pelos cartórios de registro. Apesar da emissão do documento ser gratuita desde 1997, os donos de cartório reclamam de prejuízo e culpam os governos estaduais pela falta de sustentabilidade. Ou seja, os estados não repassam aos cartórios os recursos gastos com o registro dos recém-nascidos. Recentemente, a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen) teve de intervir no Norte, região com altos índices de sub-registro (veja o quadro).

"O cartório de São Gabriel da Cachoeira (no Amazonas) estava se recusando a emitir o documento", afirma o presidente da Arpen, José Emygdio de Carvalho Filho. O município fica a 800km de Manaus e o acesso é feito pelo Rio Negro. De acordo com Carvalho, o dono do cartório alegou falta de condições de sustentar o serviço de graça. "É a única fonte de recursos dele", justifica. Dos 5.564 municípios brasileiros apenas 400 têm cartório.

A coordenadora da mobilização da Sedh, Leilá Leonardos, evitar falar no fim do sub-registro, mas destaca a ação provocada no país pelas diretrizes do Plano Nacional para o Registro Civil. As ações contaram com a ajuda de estados, municípios e de instituições da sociedade civil. "Conseguimos

intervir em uma questão cultural e fortalecer a inclusão no lugar do assistencialismo", comemora.

A Pastoral da Criança é uma das propagadoras do programa federal. Segundo Vânia Lúcia Ferreira, assessora da organização, a mobilização atinge as 40,5 mil comunidades atendidas pela Pastoral. "Principalmente nas comunidades indígenas", enfatiza. Presente em 4.023 municípios, a entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) atende 1,8 milhão de crianças menores de 6 anos.

O Plano, implantado pelo governo federal em 2003, é apontado por ela como fator determinante para reduzir o sub-registro. O presidente da Arpen confirma. Carvalho diz que os povos indígenas são reflexo do sucesso da iniciativa do governo federal. Embora o documento seja facultativo aos índios, ele afirma que os cartórios vêm registrando maior procura pelo serviço por parte de integrantes das etnias. "Eles (os índios) carregam envelope plástico para proteger a certidão da água e da chuva", diz.

Com o documento em mãos, os índios podem recorrer a programas federais como o Bolsa-Família e o Luz para Todos, que leva energia elétrica gratuitamente às comunidades rurais. "O registro civil puxa a cidadania", ressalta Leonardos que, no próximo dia 19 de outubro, estará no Macapá (AP) para acompanhar campanha de combate ao sub-registro promovida pelo Ministério Público e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). O Norte registra os maiores índices de sub-registro.

A cidade de Santa Quitéria no Maranhão é tida como modelo pela Sedh. O município conseguiu erradicar o sub-registro de nascimento em maio de 2005. De acordo com Leilá, o feito é fruto da ação de apenas duas pessoas: um juiz e um promotor. "Eles ganharam a confiança da população local convocando os líderes comunitários para reuniões e explicando a importância de fazer o registro", ensina.

RANKING NACIONAL

Estado	percentual de sub-registro
Amazonas	41,4%
Pará	37,6%
Maranhão	35,0%
Tocantins	32,1%
Piauí	31,9%
Roraima	30,3%
Ceará	28,5%
Sergipe	27,5%
Amapá	24%
Rio Grande do Norte	21,4%
Alagoas	21,4%
Pernambuco	21,4%
Rondônia	20,6%
Paraíba	20,2%
Mato Grosso	19,6%
Acre	18,9%
Goias	18,5%
Minas Gerais	16,3%
Bahia	16,1%
Paraná	11,2%
Espírito Santo	10,1%
Santa Catarina	8,5%
Rio Grande do Sul	7,5%
Rio de Janeiro	5,1%
Mato Grosso do Sul	4,7%
São Paulo	4,6%
Distrito Federal	0,6%
Média Nacional	16,4%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2004